

O número 57 da *Revista Brasileira de Educação (RBE)* organiza-se em torno de pesquisas realizadas nas áreas de história e de filosofia da educação. Em um passado não muito distante, esses campos disciplinares se confundiam e se complementavam nos processos de formação de professores; contudo, suas especificidades temáticas e, sobretudo, epistemológicas exigiram certo distanciamento. No momento atual, firmadas as autonomias disciplinares, a reaproximação dessas duas áreas traz contribuições relevantes tanto para as pesquisas quanto para as práticas educacionais preocupadas em delinear novos modos de pensar e de agir diante das rupturas e desafios impostos pela sociedade contemporânea.

Na abertura deste número, Ana Zavala discute “o gesto da *versão*” (escrita, falada, encenada) que atravessou o pensamento ocidental nos últimos duzentos anos. Para a autora, a historiografia traduz o acontecer humano em palavras, o que permite o jogo da sobreposição de múltiplas versões, entre as quais a dos historiadores, professores e políticos. Os dois artigos seguintes tratam de concepções de ensino da leitura e da literatura para o público infantil, nas décadas de 1930-1940. No primeiro artigo, Cláudia Maria Mendes Gontijo e Dulcinéa Campos tomam como fonte o documento *Leitura e linguagem no ensino primário: sugestões para a organização e desenvolvimento de programas*, publicado pelo Ministério da Educação e da Saúde e pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), em 1949, e analisam a alfabetização na história da educação do estado do Espírito Santo. No segundo artigo, Celdon Fritzen e Gladir da Silva Cabral problematizam a tensão entre o lúdico e o pedagógico, tanto na visão dos intelectuais da Comissão Nacional de Literatura Infantil (CNLI), criada no início do Estado Novo, quanto na proposta de renovação pedagógica da Escola Nova. Os autores discutem a tensão entre ludicidade e ensino na obra didática de Cecília Meireles, *Rute e Alberto resolveram ser turistas*, e concluem que, comparada a outras obras da autora, essa publicação estaria aquém de suas realizações literárias.

Cristiani Bereta da Silva, mantendo o foco na história da educação, analisa dois livros do início do século XX: *História do Brasil. Curso Superior*, de João Ribeiro

(1900) e *Pequena história catarinense*, de Lucas Alexandre Boiteux (1920). A autora põe em debate a legitimação das fronteiras entre os estados e a construção de um passado e de tradições regionais, com o objetivo de evidenciar as bases políticas da unidade nacional nos discursos sobre a história do Brasil e a de Santa Catarina divulgados durante a Primeira República. O texto adensa o debate sobre a história regional na atualidade.

O contexto histórico do Governo Vargas retorna no artigo de Dulce Regina Baggio Osinski, que analisa a Primeira Exposição de Desenho Infantil e Juvenil do Paraná, realizada em Curitiba em 1943. A autora situa a exposição, considerada “uma renovação no conceito das exposições escolares”, no contexto de um movimento internacional que ressaltava o caráter científico do desenho e sua importância para o desenvolvimento infantil. Destaca o papel de intelectuais vinculados à Educação Nova em defesa da liberdade de expressão e da individualidade da criança e do adolescente. O alcance midiático do evento permite ainda problematizar o apoio às causas da infância como parte da propaganda governamental.

Rogério Luiz Souza centra sua atenção num aspecto importante do Estado Novo: a constituição de uma arquitetura disciplinar para criar e difundir simbolicamente uma identidade nacional. O autor discute as ritualizações e técnicas de exposição de retratos e imagens no espaço escolar, para divulgar e uniformizar os sentidos de modo que os mantivesse sob controle político-social. A ideia de disciplinarização e controle é retomada por Marcos Roberto de Faria na “pedagogia da vigilância” instaurada pela Companhia de Jesus na segunda metade do século XVI. O autor utiliza como fonte documentos raros encontrados no *Archivum Romanum Societatis Iesu*, em Roma, concernentes a uma visita à província do Brasil, e direciona seus comentários para os conflitos e negociações que se estabeleceram entre padres, nativos, colonos e a direção da Ordem em Roma. O texto destaca o lugar do jesuíta como administrador das aldeias, contestado por Roma e pela sociedade colonial, e focaliza a rígida regulamentação das normas que passam a sistematizar o cotidiano dos colégios e casas que os jesuítas mantinham no Brasil.

A transição entre história e filosofia da educação na sequência dos artigos deste número faz-se pelo texto de Fernando Bárcena, que problematiza o sentido da educação nas sociedades modernas e traz uma análise crítica da tendência a reduzir-se a experiência de formação a uma única saída, não para o mundo, mas para uma pequena parcela do mundo: o local de trabalho, o escritório, a fábrica. O texto explora essa única saída como uma “impostura pedagógica”, gerenciada e planejada por uma pedagogia que deteriora, em seus fundamentos, em seu sentido e em sua magnitude, a experiência educacional.

Os três últimos artigos tematizam, do ponto de vista da filosofia da educação, aspectos conceituais da subjetividade, da alteridade, da interioridade e da ética, articulando-os com a educação. No primeiro artigo, José Valdinei Albuquerque de Miranda discute o conceito de subjetividade em sua relação com a alteridade. O autor contrapõe à concepção do sujeito livre e soberano da filosofia moderna o pensamento de Emanuel Levinas, que defende, numa perspectiva ética, uma

profunda modificação na constituição da subjetividade, fundada no acolhimento da alteridade e na responsabilidade pelo outro. No contexto da reconstituição da subjetividade, o estudo evidencia a experiência educativa como um acontecimento ético por excelência.

Nadja Hermann também situa a questão do outro no âmbito da ética e examina suas largas consequências para a educação. Considerando o caráter interativo do processo pedagógico, trata-se de saber se é possível fazer justiça à singularidade do outro mediante o diálogo. Nessa direção, discute o potencial explicativo da interpretação fenomenológica de Bernhard Waldenfels e em seguida apresenta a posição de Hans-Georg Gadamer, que retoma o diálogo platônico com base na hermenêutica filosófica. O objetivo é depreender a dimensão tensional presente na relação com a alteridade. Na sequência, a autora considera que na experiência de um diálogo autêntico, do qual não se sabe o que resultará, alojam-se as expectativas de uma abertura ética do humano para ir ao encontro do outro, que nos convoca e nos habita, como possibilidade de construção de um mundo comum.

No último artigo deste número, Lílian do Valle parte do seguinte questionamento: “Como explicar a parca atenção que a área da educação reservava e, até certo ponto, continua a reservar para a interrogação sobre o humano?” Contra esse paradoxal desinteresse, a reflexão centra-se em contribuições que a interrogação antropológica pode trazer para a educação e para as representações do professor e do aluno. O foco é o “sujeito isolado”, e a análise ancora-se numa crítica à interioridade e à busca da elucidação das bases filosóficas da identidade contemporânea, que se construiria mediante um duplo isolamento do sujeito: em relação ao outro e em relação a si mesmo.

A resenha do livro de Nora Rut Krawczyk e Vera Lúcia Vieira, *Uma perspectiva histórico-sociológica da reforma educacional na América Latina: Argentina, Brasil, Chile e México nos anos 1990*, apresentada por Silvia Cristina Yannoulas, coaduna-se com a riqueza dos temas aqui tratados e com a profundidade do debate nas áreas de história e filosofia da educação. O olhar crítico das autoras sobre as políticas públicas da educação implementadas, na entrada deste milênio, em quatro grandes países latino-americanos, entre eles o Brasil, vem reforçar as reflexões aqui conduzidas dos pontos de vista filosófico e histórico.

Esperamos que a leitura destes artigos, pelo vigor e atualidade das discussões de abrangência nacional e internacional, possa fortalecer outros desdobramentos no campo da pesquisa e de ações educacionais.

*A Comissão Editorial
Rio de Janeiro, abril de 2014*